



*SOCIALISMO
E LIBERDADE*
PSOL 50

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE PSOL

DIRETRIZES PARA O PLANO DE GOVERNO

GOVERNADOR: ANTONIO ROCHA

VICE: DANY MENDONÇA

ELEÇÕES 2014

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE – PSOL

Diretrizes Gerais para Programa de Governo do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL para as Eleições de 2014

Apresentação

O Brasil vive um momento singular em sua história recente. Passados vinte e cinco anos desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 e do Fora Collor vemos uma importante retomada das mobilizações populares, que coloca em xeque os limites do atual modelo político e econômico, um modelo construído para preservar a dominação da maioria por uma minoria de privilegiados. Em junho de 2013 nosso país viveu um novo despertar das manifestações de rua, as maiores desde a chegada do projeto petista ao governo federal. As manifestações que tiveram como ponto de partida a luta contra o aumento das tarifas de ônibus expressaram um descontentamento mais amplo do povo contra as péssimas condições de vida nos grandes centros urbanos brasileiros e insatisfação com a subordinação do interesse público aos negócios privados.

No Estado do Acre, essa subordinação fica cada dia mais explícita, mesmo diante das várias tentativas de camuflagem por parte dos

governos, que tentam de todas as formas ocultar ou mascarar a realidade política e econômica do Acre. Os indícios de corrupção que há tempos vinham sendo percebido, pelas pessoas que vivem no Acre, ganhou sustentação jurídica quando veio à tona, a Operação G-7, deflagrada pela Polícia Federal, que culminou com a prisão de empreiteiros, secretários do Estado e o sobrinho do governador, suspeitos de envolvimento em esquema de fraudes em licitações e outras ilegalidades.

Isso demonstra que a revolta popular que teve início em junho não foi apenas contra um sistema de transporte caro, sucateado e ineficiente: foi também contra a exclusão desta maioria que vive nas cidades, na floresta e no campo sem acesso a serviços públicos de qualidade na saúde, educação, segurança pública, habitação, cultura e lazer.

Isso apresenta o desejo popular de mudanças reais na forma de se fazer política, e inaugura uma nova realidade conjuntural, mais favorável às lutas sociais e à defesa de um programa de mudanças estruturais, voltado para o combate à desigualdade social, à garantia de direitos, à ampliação da democracia direta e à defesa de um projeto político e econômico que respeite os limites da natureza e o bem-estar das pessoas.

O programa que o PSOL vai apresentar à população acreana, se propõe a defender as bandeiras de lutas que foram levantadas nas jornadas de junho. Por isso, contou com a colaboração dos mais variados setores da sociedade civil organizada e de pessoas individuais, muito valorosas, para definição destas diretrizes, que servirão de base para construção de um programa de governo pautado na garantia de direitos dos trabalhadores, dos serviços públicos de qualidade, mobilidade urbana e rural, da preservação do meio ambiente e dos bens comuns que devem servir ao interesse da maioria do povo acreano.

50 PONTOS PARA AS DIRETRIZES DE CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL ACRE

01. Promoção de um choque de políticas públicas com participação cidadã, garantindo a presença do governo estadual nos espaços privatizados ou abandonados e propiciando a participação popular nas decisões estratégicas do estado e nas políticas regionais.

02. Estabelecimento de uma ética de responsabilidade social, com inversão de prioridades, garantindo o resgate da dívida social

através do direcionamento de serviços e investimentos públicos para as áreas e setores mais abandonados.

03. Separação entre o público e o privado, com transparência administrativa, fiscalização democrática sobre as ações do governo estadual e o uso dos recursos públicos, e auditoria rigorosa das contas públicas.

04. Racionalização da máquina administrativa, reduzindo os cargos de confiança ao estritamente indispensável e aproveitando ao máximo os servidores de carreira em cargos de direção. Segurança Pública

05. Articulação das polícias estaduais e federais e dos municípios para desenvolver um sistema integrado de segurança do cidadão no combate ao crime, priorizando a proteção da vida sobre o patrimônio.

06. Integração das diversas esferas da segurança como garantidora do patrimônio público, organizadora do trânsito e orientadora da cidadania.

07. Implementação, através de sistema escolar e dos meios de comunicação, do programa permanente articulado com

investimentos sociais em creches, centros culturais e de formação técnica nas áreas de populações mais vulneráveis.

08. Criação, em cooperação com a OAB e o Ministério Público, de Centros de Cidadania que proporcionem apoio jurídico permanente às populações marginalizadas ou em situação de risco.

Saúde

09. Implementação do Sistema Único de Saúde em todas as regiões, com auditoria das verbas do SUS no estado e fortalecimento das organizações sociais na saúde.

10. Prioridade nos programas de promoção da saúde com base na prevenção, destacando o combate aos vetores transmissores de doenças infecta-contagiosa, e a integração dos sistemas escolar e de saúde, de modo a prover assistência médica aos alunos e a educação para a saúde.

11. Ampliação da rede estadual de hospitais, garantindo a assistência médica à população em tempo hábil, a começar pelo atendimento das áreas mais pobres; e realização de concurso público para contratação urgente de pessoal especializado.

12. Fortalecimento do programa completo de “médico da família”, especialmente nas regiões mais abandonadas. Educação

13. Ampliação do orçamento do estado para a educação, expandindo a rede pública de ensino e implantando a escola de tempo integral.

14. Redução do número de alunos por sala de aula e ampliação da rede, através de reformas das escolas existentes e construção de novas unidades, visando uma estruturação mínima que comporte biblioteca, sala de informática e quadra poliesportiva.

15. Projeto político-pedagógico, ensino, aprendizagem, avaliação, formulado com a participação da comunidade envolvida; e eleição direta para diretores com a participação do pessoal Administrativo e conselhos das escolas.

16. Valorização dos educadores, com plano de carreira unificado (professores e funcionários administrativos) que incentive a permanência na profissão e a formação continuada, e a realização de concurso para professores e auxiliares de ensino. Transporte

17. Desenho de um novo sistema com integração tarifária e intermodal, a partir de um amplo diagnóstico feito com a participação de usuários e técnicos.

18. Proposição de um novo marco regulatório que democratize a gestão do sistema facilite a fiscalização pelo poder público e pela população e garanta a transparência na fixação das tarifas.

19. Regularização e integração do transporte alternativo com a função alimentadora das principais linhas troncais e do sistema metro-ferroviário, ademais da função de transporte complementar para locais e horários de menor demanda.

20. Criação da Companhia de Transportes Coletivos, reestatização do metrô, dos trens urbanos e das barcas Regiões.

21. Articulação de um sistema integrado de planejamento, com ênfase nos órgãos estaduais e municipais de múltiplas finalidades.

22. Estímulo a uma cultura de protagonismo popular continuada, tanto na elaboração como no acompanhamento e avaliação das políticas públicas.

23. Convocação de Conferências Regionais para a instalação de Conselhos Regionais dotados de competência para deliberar,

propor políticas e fiscalizar as aplicações dos recursos, integrados por representações locais e setoriais.

24. Regulamentação do relatório de impacto para controle dos grandes empreendimentos e dos polos de desenvolvimento.

Habitação

25. Formulação de uma política habitacional para as populações em áreas de risco, com a implementação de um programa de obras para o escoamento de águas e a contenção de encostas.

26. Ampliação dos fundos públicos para a construção e reforma de moradias populares.

27. Programa de regularização urbanística e fundiária de favelas, loteamentos irregulares e ocupações.

28. Ampliação da Defesa Civil estadual para cobrir municípios desprovidos de defesa civil e complementar a ação das defesas civis municipais existentes.

Meio Ambiente.

29. Ação emergencial voltada para a recuperação de bacias hidrográficas, sistemas públicos de saneamento e fornecimento de água, contenção e reflorestamento de encostas ameaçadas;

estabelecimento de canais eficazes para o tratamento de conflitos socioambientais;

30. Reconstrução do sistema de Licenciamento e Fiscalização Ambiental do Acre, visando uma perfeita integração do atual processo de industrialização do Estado e a cooperação com os municípios na condução do crescimento das áreas urbanizadas, para garantirem formas socialmente justas e economicamente viáveis;

31. Investimentos maciços nas áreas agricultáveis; fortalecimento da organização dos pequenos produtores rurais (hortifrúti granjeiros, comunidades remanescentes de seringueiros e colonos fortalecendo a agricultura familiar).

Emprego e Renda

32. Política de regularização da informalidade e de estímulo à pequena e média empresa; qualificação profissional e cidadã dos empreendedores de base familiar; flexibilização das normas de licenciamento para atividades econômicas familiar e de fundo de quintal.

33. Nova normatização dos procedimentos de fiscalização e controle sanitário de produtos e serviços, de modo a resguardar os direitos da cidadania.

34. Criar as condições necessárias para o fomento de atividades produtivas geradoras de emprego e renda e para o crédito às populações de baixa renda.

Orçamento

35. Orçamento democrático, com participação da população, publicitação e clareza das informações orçamentárias.

36. Combate ao clientelismo e valorização da participação direta da sociedade.

37. Auditoria e renegociação da dívida estadual consolidada.

38. Auditoria da dívida ativa (créditos a favor do estado) e cobrança dos grandes devedores.

39. Fim das isenções fiscais para as grandes empresas e estímulo às pequenas e microempresas.

Cultura

40. Ampliação do orçamento do estado em Cultura

41. Democratizar o Conselho Estadual de Cultura como órgão formulador de política pública para o setor, com participação dos setores sociais interessados, e implantação do Fundo Estadual de Cultura.

42. Integração dos sistemas cultural e educacional, incrementando atividades extracurriculares que propiciem o convívio dos alunos com o nosso patrimônio cultural.

43. Estimular a ocupação dos espaços públicos com atividades culturais.

Turismo e Esporte

44. Consolidação do plano estadual de turismo cultural-esportivo-ecológico, com calendário anual de eventos que priorize as tradições populares e as manifestações alternativas não mercantilizadas pela indústria cultural.

45. Criação de centros esportivos e culturais, com espaços para atividades interativas comunitárias articulando diversas modalidades esportivas e culturais de formação e participação social.

Fóruns Permanentes

46. Fórum Permanente de Desenvolvimento Regional: composto por conselheiros (municipais e estaduais), membros das várias organizações sociais, lideranças locais/regionais, é um espaço para debate público, avaliação das políticas públicas, encaminhamento de denúncias e proposição de ações; a partir deles, se organizarão a Conferência Estadual para sistematizar as principais questões do Estado e formular as estratégias gerais de atuação do governo estadual.

47. Fórum permanente dos portadores de necessidades especiais, com representações dos órgãos públicos e das associações civis do setor, para esquadrihar os problemas, propor soluções e acompanhar a ação do estado.

48. Fórum permanente das diferenças de gênero e da diversidade de orientações sexuais, com representações dos órgãos públicos e das associações civis interessadas, para esquadrihar os problemas, propor soluções e acompanhar a ação do estado.

49. Fórum permanente da infância e da juventude, com representações dos órgãos públicos e das associações civis de jovens, estudantes, pais, educadores e conselhos Tutelares,

Ministério Público, Tribunal de Justiça, para esquadrihar os problemas, propor soluções e acompanhar a ação do estado.

50. Fórum permanente das populações, com representações dos órgãos públicos e das associações civis de negros, sem-teto, sem-terra, velhice desassistida, desempregados e outros segmentos precarizados, para propor soluções e acompanhar a ação do estado na reparação histórica aos povos indígenas e afrodescendentes com a implementação de ações compensatórias.

Estas são apenas algumas das diretrizes que servirão de base para o debate aberto de construção do programa de governo do PSOL para as eleições 2014.

Cabe ressaltar que nosso programa é e sempre será uma construção continua desposto a incorporar as demandas da sociedade.

Rio Branco –Acre, 03/07/2014.